

NATÁLIA OLIVEIRA DE CARVALHO

Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG-GO)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1351590063412219>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0693-8896>

E-mail: natalia.carvalho23@discente.ufg.br

Resumo: O presente artigo propõe uma releitura crítica do filme “A Noite do Fogo” sob a perspectiva de um feminismo de política decolonial, destacando como a obra expõe as múltiplas formas de violência de gênero em comunidades mexicanas impactadas pelo narcotráfico e pelo abandono estatal. A narrativa aborda a infância como um espaço de sujeição e resistência, evidenciando a perpetuação da colonialidade de poder na prática de feminicídios e desaparecimentos forçados. Combinando crítica social e sensibilidade estética, a obra revela estratégias de sobrevivência de mulheres e meninas e questiona as estruturas históricas de opressão, consagrando, ao mesmo tempo, redes de sororidade.

Palavras-chave: Feminismo Decolonial. Colonialidade. Violência de Gênero. Irmandade política.

Abstract: This article offers a critical reinterpretation of the film “A Noite do Fogo” from the perspective of a decolonial feminist politics, highlighting how the work exposes multiple forms of gender-based violence in Mexican communities affected by drug trafficking and state neglect. The narrative portrays childhood as a space of both subjection and resistance, shedding light on the ongoing coloniality of power in the practices of femicide and forced disappearances. Combining social critique with aesthetic sensitivity, the film reveals strategies of survival adopted by women and girls, while questioning historical structures of oppression and affirming networks of sisterhood.

Keywords: Decolonial Feminism. Coloniality. Gender-Based Violence. Political Sisterhood.

Introdução

O cinema, ao apresentar um repertório diversificado e profundo de histórias que exploram as relações humanas e seus conflitos, pode exercer um papel fundamental na formação de valores e no estímulo a novas formas de enxergar o mundo e interpretar a realidade. A ideia de “cinesofia”¹, desenvolvida por Warat, destaca essa capacidade do cinema de “(re) criar novos sentidos, olhares, sentimentos, afetos, que transcendem as fronteiras da tela, atravessando a superfície visual para penetrar profundamente a experiência vivida” (Warat *apud* Vilk, 2024, p. 4). Assim, a “cinesofia” se apresenta como uma proposta de vivência emancipadora, criativa, crítica e marcada pela alteridade, que desafia as representações hegemônicas do mundo e dos indivíduos, oferecendo um espaço fértil para a criação de novas sensibilidades e para a desconstrução de narrativas tradicionais.

“A Noite do Fogo” (2021) se passa em uma aldeia rural nas montanhas do México, onde um grupo de meninas cresce em um ambiente permeado pela violência do narcotráfico e pela permanente ameaça de raptos e desaparecimentos. A narrativa acompanha Ana, María e Paula em sua tentativa de preservar a infância, enquanto enfrentam a dura tarefa de equilibrar a resistência que constroem frente às adversidades e o medo imposto por uma conjuntura que as força a amadurecer de forma precoce. Esse fenômeno, comum em diversas regiões do México, denota um cenário de violência sistemática contra mulheres e meninas, documentado por instituições como a ONU Mulheres (2020), que aponta o México como um dos países com os índices mais alarmantes de feminicídios da América Latina.

O exame do filme é guiado por uma abordagem decolonial, que considera a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe, resgatando narrativas usualmente invisibilizadas. Tal estudo justifica-se pela relevância de compreender como obras culturais, como “A Noite do Fogo” (2021), oferecem não apenas uma crítica social vigorosa, mas também a possibilidade de articular formas de resistência a partir do reconhecimento da multiplicidade de práticas e experiências feministas que desafiem as hierarquias coloniais, reconstruindo epistemologias e efetivando práticas emancipatórias.

Do exposto, pretende-se compreender como o longa-metragem “A Noite do Fogo” (2021), por meio de sua narrativa, expõe a violência estrutural de gênero em contextos de colonialidade e de que maneira articula estratégias de resistência que podem ser desenvolvidas à luz de um feminismo de política decolonial.

O presente estudo fundamenta-se em autoras que são referências para os feminismos decoloniais e interseccionais. Françoise Vergès (2020) contribui ao destacar a multiplicidade das práticas feministas comprometidas com a luta contra o racismo, o capitalismo e o imperialismo, ampliando as possibilidades de leitura sobre resistência e emancipação.

María Lugones (2020), ao propor o conceito de colonialidade de gênero, evidencia como o colonialismo produziu hierarquias de gênero que naturalizam a exploração e a exploração desumanizadora de mulheres racializadas, permitindo que se compreenda devidamente a perpetuação dessa violência em contextos pós-coloniais.

Lélia Gonzalez (2020), por sua vez, ao introduzir a “amefricanidade”, resgata a centralidade das experiências das mulheres negras, indígenas e camponesas na luta contra o racismo e o sexismo, articulando uma perspectiva que resgata o saber situado e a ancestralidade.

Ao abordar a dimensão territorial do corpo feminino, Rita Segato interpreta o feminicídio como um ato de controle que reforça estruturas patriarcais e coloniais, conectando o corpo ao território e à soberania comunitária.

Recorre-se, ainda, à bell hooks (2019), na medida em que se reforça a importância da

1 A “cinesofia” tem suas raízes na filosofia do movimento e da duração desenvolvida pelo pensador brasileiro Henri Bergson, que entendia o movimento não apenas como uma característica do mundo físico, mas como um elemento fundamental da experiência humana e do pensamento. Esse conceito influenciou abordagens filosóficas que conectam o dinamismo da vida com a reflexão. Inspirado nessas ideias, o filósofo e jurista argentino Luis Alberto Warat cunhou a expressão “cinesofia”, propondo uma visão criativa e poética do conhecimento, ao tomar o movimento e a transformação como essenciais para compreender as complexidades da vida, do direito e das relações humanas. A ruptura com os modelos de pensamento tradicionais seria capaz de promover uma nova sensibilidade no campo do saber, integrando, dentre outras, a linguagem cinematográfica como forma de revelar e dialogar com a multiplicidade e a dinâmica da existência.

irmandade política e da solidariedade como bases para o feminismo interseccional, que busca transformar relações de poder e promover justiça social.

Por derradeiro, enfatizando a potência da empatia entre mulheres na luta coletiva contra opressões, invoca-se o conceito de “dororidade” de Vilma Piedade (2017), essencial para pensar as redes de solidariedade e resistência femininas presentes no filme.

Dessa forma, busca-se analisar como “A Noite do Fogo” (2021) expõe a violência de gênero em contextos periféricos marcados pela colonialidade e articula estratégias de resistência feminina a partir de um feminismo decolonial. Objetiva-se, ainda, identificar como a violência de gênero é representada na narrativa fílmica, bem como investigar as estratégias de resistência feminina apresentadas, com destaque às redes de solidariedade firmadas. Examina-se também a contribuição da obra para a crítica feminista decolonial, conectando as vivências retratadas às lutas antirracistas, anticapitalistas e anti-imperialistas

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando análise fílmica e revisão bibliográfica. A análise fílmica baseia-se nas categorias narrativas e estéticas do longa-metragem, identificando elementos que evidenciam a violência estrutural de gênero e articulam estratégias de resistência feminina. A revisão bibliográfica engloba obras fundamentais do feminismo decolonial, com destaque para os conceitos de colonialidade de gênero, amefricanidade, irmandade política e dororidade. A perspectiva interdisciplinar proposta visa permitir a compreensão da obra cinematográfica como um espaço de denúncia e resistência frente às opressões históricas que, remodeladas, seguem vigentes.

A análise é orientada pelos marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e classe, a fim de identificar como a película dialoga com as lutas feministas e os movimentos decoloniais, contribuindo para a necessária percepção crítica das estruturas de poder que perpetuam a violência e a opressão de mulheres.

A violência de gênero no contexto da colonialidade

Colonialidade de poder e de gênero

“A Noite do Fogo” (2021) explora as experiências de violência, exclusão e resistência vividas por mulheres em contextos atravessados por dinâmicas de colonialidade. O filme evidencia, de maneira visceral, a violação sistemática dos direitos humanos das mulheres, expondo como suas vidas são marcadas pela precariedade, pela violência de gênero e pela negação de oportunidades básicas de autonomia e dignidade. Nesse sentido, a análise fílmica dialoga com as teorias decoloniais, que buscam desconstruir o paradigma eurocêntrico hegemônico, ressaltando a importância dos saberes, histórias e experiências subalternizadas como essenciais na luta por justiça social e emancipação.

Considerando-se que as origens dos direitos humanos pouco ou em nada se relacionam com a história e a racionalidade dos povos não ocidentais, exsurge o pensamento decolonial como um projeto epistemológico fundado no reconhecimento da vigência de um conhecimento hegemônico e, principalmente, na oportunidade de combatê-lo a partir de suas próprias inconsistências. Para tanto, há que levar em conta “conhecimentos, histórias e racionalidades tornadas invisíveis pela lógica da colonialidade moderna” (Bragato, 2014, p. 205).

As teorias decoloniais desafiam a concepção eurocêntrica dominante², notadamente com base na crítica às hierarquias coloniais que continuam a moldar inúmeras relações sociais e políticas globais. Ademais, prestam-se a reconhecer e a valorizar as múltiplas formas de conhecimento e experiência, bem como as lutas por justiça social e igualdade, que permitam a construção de outros discursos que considerem “histórias silenciadas, povos esquecidos e culturas oprimidas” (Bragato, 2014, p. 206).

2 Essa visão hegemônica eurocentrada se refere a um modo de pensar e organizar o mundo baseado em pressupostos que hierarquizam culturas, saberes e identidades de modo a legitimar uma suposta superioridade do homem branco europeu, tomado como sujeito universal. Essa perspectiva invisibiliza outras racionalidades e existências. Para Quijano (2005), o eurocentrismo é um dos pilares da colonialidade de poder, reproduzindo desigualdades globais e naturalizando relações de dominação.

Aníbal Quijano (2005) desenvolveu o conceito de colonialidade de poder para descrever as relações de dominação e exploração estabelecidas no período colonial, que continuam a moldar as estruturas sociais, econômicas e políticas vigentes. Para o autor, a colonialidade de poder vai além da exploração econômica, abrangendo a imposição de hierarquias raciais e culturais que perpetuam relações de subalternidade.

A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2005, p. 118).

A colonialidade do poder contribui para elucidar como essas relações de hierarquia continuam a influenciar as dinâmicas contemporâneas que importam em violações de direitos humanos especialmente vinculadas a marcadores de gênero, raça e classe, como ocorre no México e no Brasil.

As perspectivas feministas e decoloniais têm sido fundamentais para desconstruir as narrativas hegemônicas sobre os direitos humanos, já que os sistemas coloniais europeus também impuseram suas estruturas de poder patriarcais³, desconsiderando a diversidade de identidade e os papéis de gênero existentes nas diferentes culturas antes do colonialismo.

De acordo com Lugones (2014), o sistema de gênero introduzido era binário e hierárquico, subordinando as mulheres aos homens e impondo padrões de feminilidade e masculinidade que desumanizaram os povos colonizados. Assim, a colonialidade de gênero iria além da opressão das mulheres, consistindo numa intersecção entre raça, gênero e sexualidade, que criou formas de exploração e de exclusão. Para a pensadora argentina:

(...) la interseccionalidad entre raza, clase, género y sexualidad con el objetivo de entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, es decir, mujeres no blancas víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género (Lugones, 2008, p.73).

Portanto, a luta contra essa opressão deve questionar as categorias universalistas de mulher e de gênero, reconhecendo que essas categorias foram forjadas pela lógica colonial e que as mulheres e suas experiências não podem ser consideradas como um todo homogêneo (Lugones, 2014).

3 Contestando autoras que negam a existência de um patriarcado pré-colonial, Rita Segato descreve o patriarcado prévio à intervenção colonial como “de baixa intensidade ou de baixo impacto, em oposição ao patriarcado colonial moderno, que percebo como de alta intensidade, em termos de misoginia e letalidade” (Segato, 2021, p. 26). Para a antropóloga, “a ocupação predatória de corpos feminizados vem sendo praticada como nunca antes e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos” (Segato, 2021, p. 88).

As perspectivas feministas decoloniais⁴ enfatizam como as dinâmicas de poder patriarcais e coloniais continuam a operar na violência sistêmica contra mulheres, particularmente em contextos como o mexicano, no qual feminicídios, estupros e desaparecimentos são manifestações extremas da colonialidade de poder e de gênero. A partir desses referenciais, é possível compreender como essas práticas de violência vinculam-se a hierarquias racializadas e de gênero impostas durante o colonialismo, que persistem nas estruturas sociais e políticas contemporâneas. Assim a intersecção entre raça, classe e gênero denota a necessidade de uma abordagem que reconheça as raízes coloniais dessas violações, revelando as insuficiências dos discursos universais acerca dos direitos humanos para verdadeiramente compreender a complexidade dessas realidades.

Os feminismos decoloniais emergem como uma resposta crítica às dinâmicas interseccionais que continuam a estruturar relações de dominação, mesmo após o desaparecimento formal dos regimes coloniais. Essa perspectiva denuncia como a colonialidade, uma matriz de poder que transcende o colonialismo histórico, molda não apenas as relações econômicas e políticas, mas também os sistemas culturais e epistemológicos que sustentam as desigualdades vigentes na contemporaneidade.

As teóricas decoloniais desfiem os discursos hegemônicos que universalizam as experiências e demandas femininas, ignorando as especificidades históricas e culturais das mulheres racializadas. Ao invés disso, os feminismos decoloniais enfatizam a necessidade de reconstruir uma política de libertação fundamentada no reconhecimento das marcas coloniais que permeiam as estruturas sociais, com atenção às intersecções entre raça, classe, gênero e localização geopolítica.

Françoise Vergès, em sua crítica contundente ao que chama de “feminismo civilizatório”, destaca o século XXI como marco para o florescimento de práticas e experiências feministas decoloniais, especialmente a partir das lutas protagonistas por mulheres do Sul Global (Vergès, 2020). Essas iniciativas revitalizaram lutas feministas históricas e confrontaram de forma radical os pilares do racismo, do sexismo, do capitalismo e do imperialismo. Para Vergès (2020), o feminismo civilizatório, que se alinha às lógicas de um salvacionismo ocidental e reproduz hierarquias de poder colonial, falha em questionar as bases estruturais das opressões globais.

Os feminismos decoloniais denunciam, ainda, os epistemicídios⁵ como parte integrante das violências coloniais, expondo como a destruição sistemática dos saberes locais e ancestrais contribuiu para a legitimação de um saber eurocentrado e excludente. Assim, essas correntes teóricas promovem a valorização de epistemologias insurgentes que contestam as narrativas universais, propondo uma ruptura com as estruturas de poder herdadas da colonialidade.

Feminicídios e desaparecimento de mulheres e meninas no México

Os feminicídios e o desaparecimento de mulheres e meninas no México constituem uma das expressões mais brutais da violência de gênero na América Latina. De acordo com dados recentes, em 2024, o país registrou uma média de 70 homicídios diários, totalizando 26.715 assassinatos ao longo do ano (El País, 2025). Desses, 733 foram classificados como feminicídios, praticados entre os meses de janeiro e novembro (El País, 2025)⁶. No entanto, organizações de direitos humanos, como o coletivo *Nosotras Tenemos Otros Datos* indicam que esses números são subestimados em razão de falhas na coleta de dados e na tipificação dos crimes (Portal UOL, 2021).

4 Nesse sentido, Françoise Vergès se vale da expressão “feminismos de política decolonial” a fim de sinalizar a existência de “uma pluralidade de feminismos, a possibilidade de alternativas feministas, sendo todas elas, ao menos as que me interessam, resolutamente antirracistas, anticapitalistas e anti-imperialistas” (Vergès, 2020, p. 35).

5 Sueli Carneiro analisa o epistemicídio como um processo de desvalorizar e eliminação de saberes de populações marginalizadas, particularmente negras e indígenas, em razão da lógica colonial e racista. No contexto brasileiro, a autora destaca como as populações tiveram seus conhecimentos sistematicamente subordinados, o que contribuiu para a perpetuação do racismo estrutural e para a marginalização de suas contribuições culturais e epistemológicas. Frente à violência simbólica inerente ao apagamento desses saberes, destaca-se a urgência de seu resgate e reconhecimento como epistemologias fundamentais para a “construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (Carneiro, 2019, p. 320).

6 No Brasil, segundo dados divulgados no Atlas da Violência, foram registrados 3.806 feminicídios no ano de 2022 (IPEA, 2024). O relatório também destaca que 66,4% das vítimas eram mulheres negras, reforçando a interseccionalidade da violência de gênero no país.

A violência contra mulheres e meninas em solo mexicano apresenta-se como uma questão alarmante e multifacetada, manifestando-se, além dos feminicídios, também em outros tipos de agressões, muitas vezes vinculadas ao tráfico humano e à exploração sexual. Em 2022, foram registrados 18.733 casos de violência sexual contra mulheres, representando uma média de mais de 50 casos diários (Instituto Igarapé, 2023). Em 2020, cerca de 5.000 mulheres desapareceram do país, sendo que 80% delas eram meninas com idade entre 12 e 17 anos (Instituto Igarapé, 2023).

Essa realidade revela uma crise humanitária intrinsecamente ligada à dimensão histórica e cultural do corpo feminino, que, para Rita Segato, deve ser entendido como um território político, no qual as relações de poder são inscritas e disputadas (Segato, 2016). Segato argumenta que o corpo feminino deve ser percebido como um território simbólico e físico a ser controlado e dominado. Nesse contexto, os feminicídios, os estupros e toda sorte de agressões contra mulheres não são meros atos de violência individual, mas atos políticos que expressam a tentativa de afirmação de dominação em um cenário de disputas simbólicas e materiais pelo território (Segato, 2016).

Para a antropóloga, o ataque ao corpo de mulheres não é aleatório, consolidando a dominação por meio da violência como um autêntico recurso pedagógico, que promove o envio de mensagens de intimidação não apenas às vítimas diretas, mas também às comunidades onde elas se encontram inseridas (Segato, 2016).

Assim, verifica-se que a violência de gênero no México está profundamente conectada às dinâmicas de poder patriarcais e à persistência das relações coloniais, constituindo-se em um elemento central para a manutenção das hierarquias sociais e afetando especialmente as mulheres subalternizadas, tais como as racializadas e em situação de pobreza.

A interseccionalidade das opressões

A interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, refere-se a uma abordagem teórica que busca compreender como diferentes sistemas de opressão e discriminação, como raça, gênero, classe, sexualidade e etnia, se entrecruzam e produzem experiências específicas de marginalização. Para Crenshaw (2002), essas categoriais não atuam de forma isolada, mas como elementos interconectados, que moldam as condições de desigualdade e exclusão vividas por indivíduos e grupos. Essa perspectiva tem sido amplamente adotada para analisar as opressões enfrentadas por mulheres racializadas, destacando as particularidades de suas vivências em contextos estruturados por múltiplas hierarquias de poder.

Ao mesmo tempo em que reconhece a relevância da interseccionalidade como teoria sistêmica, Françoise Vergès argumenta ser necessário ir com e para além dela. Para Vergès (2020), é imprescindível somar à interseccionalidade uma crítica mais substantiva ao capitalismo, já que este opera como engrenagem central na perpetuação das desigualdades e das violências, sobretudo de gênero e raça. A autora defende uma perspectiva feminista que não apenas analise as opressões em suas diversas camadas, mas que também confronte as dinâmicas de exploração econômica e social que as sustentam.

Além disso, Vergès (2020) amplia o debate ao rever o conceito de racialização, que não estaria restrito às experiências de pessoas negras. A racialização, segundo a autora, englobaria todas as pessoas que são vistas e entendidas como não brancas e não ocidentais, demonstrando como o colonialismo e o capitalismo moldaram as hierarquias raciais para sustentar formas de exploração e exclusão globais. Essa perspectiva é indeclinável para compreender como, em conjunturas como a do México, mulheres indígenas e periféricas enfrentam não somente a violência de gênero, mas também uma marginalização histórica, que transcende categorias estanques e reforça a subalternidade de seus corpos e territórios.

De igual modo, Lélia Gonzalez, com sua noção de “amefricanidade”, contribui sobremaneira para essa análise, ao destacar a singularidade das mulheres afrodescendentes na América Latina. Gonzalez (2020) associa raça, gênero e classe de forma a evidenciar como a lógica colonial, além de racializar corpos, estruturou identidades e relações sociais em torno de uma hierarquia que desumaniza e explora.

A articulação entre interseccionalidade e crítica ao capitalismo⁷ permite aprofundar o exame das violências estruturais, como os feminicídios, estupros e desaparecimentos de mulheres e meninas no México. O capitalismo, enquanto sistema econômico global, opera essas violências ao consolidar dinâmicas de exploração que atingem de maneira desproporcional mulheres em situação de vulnerabilidade. No caso mexicano, tal qual no brasileiro, a precarização do trabalho feminino, particularmente em setores como as maquiladoras, com jornadas exaustivas, salários baixos e ausência de proteção trabalhista, as mulheres são alvos fáceis da violência.

Além disso, o capitalismo sustenta economias ilícitas, como o tráfico humano e de drogas e a exploração sexual, que frequentemente têm mulheres e meninas como principais vítimas. Essas práticas são facilitas pela combinação de desigualdades econômicas, ausência de políticas públicas eficazes e a impunidade estrutural que caracteriza o sistema de justiça no país. Nessa lógica perversa, o corpo das mulheres é instrumentalizado como mercadoria, sendo controlado, explorado e, não raro, descartado.

Portando, a violência de gênero no México não pode ser dissociada das dinâmicas capitalistas globais, que perpetuam a desvalorização da vida das mulheres e reforçam as estruturas patriarcais e coloniais. Somente essa articulação permite compreender a complexidade das violações de direitos enfrentadas pelas mulheres e, ao mesmo tempo, buscar soluções que sejam efetivamente transformadoras e capazes de enfrentar as raízes estruturais dessas violências.

O cinema como espaço de denúncia e resistência: *la película*

“A Noite do Fogo” (2021) é um filme que retrata a sobrevivência de mulheres, jovens e adultas, em um vilarejo remoto localizado nas montanhas do México. Essas mulheres vivem em um cenário de abandono e miséria, agravado pelo constante perigo imposto pelo domínio do cartel de drogas, já que o local também é palco de trabalho ilegal em plantações de papoulas.

Logo na cena de abertura, o espectador se depara com duas mãos escavando a terra. Ao longo da narrativa, descobre-se que se trata de uma cova aberta por mãe e filha, como um ato simbólico de resistência daquelas que insistem em sobreviver em um mundo no qual suas vidas se mostram tão precárias e descartáveis.

Nesse ambiente, destaca-se o papel das matriarcas. Enquanto os homens supostamente trabalham em algum lugar distante, raramente mantendo contato com as famílias, as mulheres enfrentam o abandono afetivo e material, desenvolvendo, de maneira estrategicamente silenciosa, laços de sororidade, a fim de protegerem suas existências naquela vida em comunidade.

A atmosfera é permeada por uma tensão extrema, marcada pela presença constante do narcotráfico, que atua em confronto com as forças de segurança do Estado, embora estas se apresentem de forma esporádica e circunstancial. Nesse cenário caótico, desaparecimentos de meninas e de famílias inteiras ocorrem sem que as razões fiquem claras.

Carros com homens armados atravessam o lugarejo, aterrorizando os moradores. Por vezes os conflitos se traduzem em tiroteios com o que parece ser o Exército. Em outras situações, essas forças de segurança cometem atos de violência contra a própria população, exacerbando o clima de medo e de insegurança.

A diretora Tatiana Huezo expõe uma dor profunda e silenciosa através do olhar de três meninas, acompanhando-as da infância à adolescência, conforme o tempo avança. Sob a perspectiva das protagonistas, o espectador é imerso no cotidiano de tormento e incerteza que vivenciam, podendo nelas observar o desenvolvimento do processo de compreensão da violência que as cerca e o constante risco associado à condição de ser mulher.

Desde muito jovens, as meninas são forçadas por suas mães a cortar os cabelos bem curtos e a vestir roupas largas, de modo a se parecerem com meninos. Essa estratégia visa protegê-las do

7 Uma referência essencial para a análise do capitalismo e suas conexões com as violências de gênero é Silvia Federici. A autora argumenta que o capitalismo, desde a sua origem, utilizou a exploração dos corpos das mulheres como pressuposto central do processo de acumulação primitiva, por meio do controle reprodutivo e da desvalorização do trabalho feminino (Federici, 2017). Essa lógica histórica de dominação e exploração persiste nos sistemas econômicos contemporâneos, especialmente por meio da precarização do trabalho e da perpetuação da violência de gênero.

olhar dos traficantes, que poderiam lhes dar um destino previsivelmente trágico.

Diante dessa realidade brutal, as jovens têm suas identidades negadas: não podem expressar sua feminilidade, pois sua sobrevivência depende de ocultarem quem são. A luta dessas mães e filhas contra a opressão revela a dureza de um mundo onde ser mulher é, em si, um ato de resistência.

No decorrer do longa-metragem, percebe-se, ainda, que Hueza se vale do lúdico como um mecanismo de refúgio para as protagonistas, tanto em sua infância quanto na puberdade. O vínculo entre as jovens é profundo e essencial, permitindo que uma sustente a outra não apenas pela conexão afetiva que compartilham, mas sobretudo porque suas sobrevivências estão intrinsecamente ligadas a esses laços de irmandade firmados.

Ao final, numa decisão tomada em meio à intensificação da violência do narcotráfico, as protagonistas e suas famílias são forçadas a abandonar a comunidade em que viviam. As jovens, que ao longo do filme cresceram sob a sombra do medo, enfrentam a ruptura definitiva de seus vínculos com o lugar que, apesar de marcado pela dor, também era um espaço de afeto e resistência.

A última cena, carregada de melancolia no olhar de despedida das personagens, traduz a realidade de deslocamento e despossessão enfrentado por tantas mulheres nas periferias globais. Esse retrato fílmico dialoga de forma profunda com os feminismos decoloniais, que expõem como o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo se entrelaçam para formar um sistema de múltiplas opressões, explorando e silenciando mulheres periféricas e racializadas. A partir dessa perspectiva teórica, as personagens deixam de vistas apenas como vítimas, emergindo como representações de resistência e liderança frente ao processo de desumanização que lhes é imposto e convidando-nos a reconhecer suas vivências como fundamentais na busca por justiça social, de modo a desfiar as estruturas que insistem em perpetuar opressões.

Estratégias de resistência e solidariedade feminina em “A Noite do Fogo”

Redes de sororidade e a importância da irmandade política

As redes de sororidade representadas em “A Noite do Fogo” (2021) vão além de simples conexões afetivas, revelando-se como uma estratégia essencial de sobrevivência e resistência coletiva. Ao tratar do tema, que opta por nominar como “irmandade política”, bell hooks afirma que a solidariedade entre mulheres deve ser entendida como um ato consciente de construção política contra as inúmeras formas de opressão estruturais (hooks, 2019). Essa dimensão política da sororidade está profundamente presente no filme, onde as mulheres da comunidade se organizam silenciosamente para proteger suas filhas e fortalecer os laços necessários para resistir às adversidades.

Lélia Gonzalez, com sua noção de “amefricanidade”, acrescenta que essa solidariedade precisa considerar as especificidades das mulheres racializadas na América Latina, já que suas vivências estão atravessadas por formas únicas de opressão colonial e patriarcal, que exigem uma sororidade enraizada em práticas culturais e saberes locais (Gonzalez, 2020). No contexto do filme, essa ideia é visível nas estratégias de cuidado coletivo que as mães desenvolvem, partindo de uma compreensão íntima de suas vulnerabilidades compartilhadas enquanto mulheres em um território marginalizado.

Essas redes femininas, além de representarem práticas de resistência, reconfiguram a organização social em espaços nos quais o Estado se mostra ausente ou conivente com as estruturas de opressão. Para Segato (2021), as alianças entre mulheres desafiam diariamente as hierarquias patriarcais, criando lugares de proteção e resistência frente às violências que desumanizam seus corpos e suas histórias. Dessa forma, “A Noite do Fogo” (2021) retrata a sororidade como prática de sobrevivência e como um ato político que questiona as bases estruturais da violência.

A dororidade como estratégia de resistência coletiva

Vilma Piedade (2017) propõe a “dororidade” como uma ampliação do conceito de sororidade, destacando a dor compartilhada como uma potência política de transformação. Essa ideia emerge de contextos nos quais o sofrimento é imposto por estruturas racistas, patriarcais e coloniais, tornando-se um ponto de encontro entre mulheres para resistir coletivamente. Em “A Noite do Fogo” (2021), a dororidade é simbolizada pelas mães, que convertem suas experiências de medo e perda em estratégias de cuidado coletivo para proteger as meninas da comunidade.

Vê-se, assim, que a dororidade não se limita a reconhecer o sofrimento, transformando essa dor em força política. Esse movimento é perceptível quando as mulheres do filme adotam práticas, como o corte de cabelo das meninas, que apesar de dolorosas refletem uma conduta consciente de proteção. Esse gesto é um exemplo de como a dor vivida em comum é capaz de gerar uma solidariedade ativa e insurgente.

O pensamento de Rita Segato também dialoga com essa ideia ao alertar que a violência contra as mulheres não é apenas um ataque individual, mas um recurso pedagógico que reafirma relações de poder (Segato, 2016). Diante disso, a dororidade atua como uma resposta coletiva que subverte a lógica da dominação, oferecendo às mulheres um caminho para enfrentar e reconfigurar as relações sociais impostas.

A experiência coletiva da dor, especialmente entre mulheres racializadas, carrega saberes que podem se tornar a base para práticas emancipatórias (Gonzalez, 2020). Em “A Noite do Fogo” essas práticas emergem como uma resistência cotidiana, revelando que a dor não se resume a um fardo, mas também pode ser uma força que une e empodera as mulheres.

A infância como lugar de sujeição e enfrentamento

A infância, na conjuntura das opressões coloniais e patriarcais, é usualmente desumanizada e silenciada, sendo moldada por estruturas que reforçam hierarquias sociais e raciais. No filme, essa realidade é mostrada com clareza, pois as meninas são colocadas em uma posição de extrema vulnerabilidade ao mesmo tempo em que demonstram uma notável capacidade de resistência criativa.

No filme, as meninas encontram no lúdico e na amizade uma forma de enfrentar a violência que as circunda. As brincadeiras vão além de uma simples fuga da realidade, transformando-se em um ato de resistência que lhes permite preservar aspectos de suas identidades mesmo diante da negação da feminilidade e da liberdade impostas. Esses momentos refletem a força da infância como espaço de insurgência, em que a imaginação e os laços afetivos se tornam ferramentas de sobrevivência.

Embora a infância seja geralmente marcada como um lugar de sujeição, a película demonstra seu potencial transformador. As protagonistas desconstróem narrativas de passividade ao se afirmarem como sujeitos que resistem e enfrentam condições de extrema adversidade. Essa perspectiva está alinhada às reflexões dos feminismos decoloniais, que enfatizam a agência das mulheres, subvertendo o ideal de passividade e reconhecendo a importância de seus poderes, quaisquer que sejam, para a insurgência e a sobrevivência em contextos de opressão. Segundo hooks, “Para elas, seria psicologicamente devastador se unir a outras mulheres por meio de um compartilhamento da vitimização. Elas se unem com base no somatório de forças e recursos. É esse tipo de união entre mulheres que o movimento feminista deveria encorajar; é o que faz a irmandade” (hooks, 2019, pp. 82-83).

Considerações Finais

O cinema é um mecanismo transformador, capaz de produzir afetos e despertar sentidos que promovem rupturas e desconstruções de violências naturalizadas. Em consonância com tal potencial, impende destacar que os movimentos feministas permanecem como uma das mais poderosas frentes de luta por justiça social no mundo contemporâneo (hooks, 2019). Os

feminismos, ao longo de suas trajetórias, têm demonstrado uma notável capacidade de autocrítica e permeabilidade ao novo, o que garante a sua renovação e relevância contínuas. Contudo, um aspecto essencial para a manutenção dessa vitalidade reside na democratização desses discursos, que devem ser acessíveis e impactantes para além dos círculos de uma elite culta, atingindo amplamente diferentes grupos sociais.

bell hooks argumenta que os escritos feministas devem ser capazes de falar a qualquer pessoa, construindo um discurso visionário e transformador que dialogue com realidades concretas e plurais (hooks, 2019). O cinema cumpre esse papel ao narrar histórias que retratam opressões, conectando audiências de diferentes contextos que, de outra forma, poderiam permanecer invisibilizadas. Além de lançar luzes às lutas feministas, o cinema também as ressignifica, ao destacar resistências e trajetórias de superação que inspiram e mobilizam.

“A Noite do Fogo” (2021) exemplifica como o cinema pode ser um espaço poderoso de denúncia e resistência, ao trazer à tona a realidade de mulheres e meninas em contextos periféricos marcados pela colonialidade, pela violência de gênero e pela opressão estrutural. Através de uma narrativa sensível e envolvente, o filme transcende o papel de mero entretenimento, transformando-se em um instrumento político que questiona hierarquias de poder, expõe injustiças históricas e estimula reflexões críticas.

A abordagem fílmica de Tatiana Huezo prioriza a sugestão em detrimento do explícito, evitando a exibição direta de cenas de violência e optando por focar nas reações e no silêncio das personagens. Essa escolha narrativa amplifica o impacto emocional da obra, permitindo que o espectador intua a magnitude do sofrimento que não lhe é mostrado. Além disso, a paleta de cores quentes e terrosas utilizada cria um contraste intenso entre a beleza natural das montanhas e os eventos brutais que ali se desenrolam, o que parece reforçar a dualidade entre a vida e a morte.

Sob a ótica dos feminismos decoloniais, apura-se que a obra evidencia as dinâmicas de opressão e, ao mesmo tempo, celebra as estratégias de resistência e solidariedade feminina. Ainda que em cenários de extrema adversidade, as mulheres criam laços de irmandade e desenvolvem práticas insurgentes que desafiam as estruturas de dominação. Elementos como a dororidade e a infância como espaço de resistência são apresentados de maneira impactante, oferecendo novas perspectivas sobre o potencial emancipatório das experiências compartilhadas.

Nesse esteio, é basilar a propositura de ações concretas que enfrentem as raízes estruturais da violência de gênero, magistralmente retratada no longa-metragem. Para tanto, reitera-se a importância da reconstrução de epistemologias que valorizem os saberes locais e ancestrais, segundo preconizado pelos feminismos decoloniais. Esse processo requer o reconhecimento do epistemicídio histórico imposto pela colonialidade e a promoção de práticas que integrem perspectivas marginalizadas nos espaços acadêmicos, institucionais e culturais.

O desenvolvimento de políticas públicas que articulem justiça social com perspectivas interseccionais e decoloniais mostra-se imprescindível. Essas políticas devem priorizar ações como a garantia de segurança para mulheres e meninas em territórios vulneráveis, o combate à impunidade em casos de violência de gênero, a criação de espaços comunitários seguros e o fortalecimento de redes de solidariedade feminina. Acresça-se aqui a importância de investimentos em educação e cultura como instrumentos de conscientização e transformação social, com destaque ao papel do cinema e das artes em geral enquanto agentes mobilizadores.

Assim, para que obras como “A Noite do Fogo” deixem de ser apenas representações de resistência e fomentem mudanças reais, é crucial que o debate se amplie, integrando a reconstrução epistemológica e o compromisso com políticas emancipatórias que enfrentem as estruturas históricas de poder. O reconhecimento e a desconstrução das múltiplas dimensões das opressões herdadas da colonialidade constituem passos indispensáveis para promover uma justiça social que ultrapasse a retórica, garantindo condições autenticamente equitativas para o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Somente a partir de ações que confrontem diretamente as desigualdades interseccionais, em especial as relacionadas a gênero, raça e classe, será viável o avanço rumo a um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, que resgate as vozes silenciadas e fortaleça as práticas de resistência coletiva.

Referências

A noite do fogo. Direção: Tatiana Huezo. Produção: Maya Scherr-Willson. México: 2021. Filme original da plataforma streaming da Netflix.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da decolonialidade. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 19, n. 1, p. 201–230, 2014. DOI: 10.14210/nej. v. 19. n. 1, p 201-230. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5548>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-322.

CRENSHAW, Kimberle W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, pp. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago.2024.

EL PAÍS. **México cierra 2024 con 70 asesinatos diarios**. 02 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/mexico/2025-01-02/mexico-cierra-2024-con-70-asesinatos-diarios.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Org: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Retrato da violência contra mulheres no México nos últimos cinco anos**. Disponível em: <https://igarape.org.br/retrato-da-violencia-contra-mulheres-no-mexico-nos-ultimos-cinco-anos/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

IPEA. **Atlas da Violência Contra a Mulher 2024**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. Acesso em: 21 jan. 2025.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-952, set/dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnb>. Acesso em: 18 jul.2024.

ONU Mulheres. **Relatório Global sobre Femicídios**. Nova Iorque: ONU Mulheres, 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PIEDEDE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo, Editora Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. Disponível em: <https://archive.org/details/LaGuerraContraLasMujeres>. Acesso em: 21 jan. 2025.

UOL. **Violência contra as mulheres no México: uma emergência nacional**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/11/25/violencia-contra-as-mulheres-no-mexico-uma-emergencia-nacional.htm>. Acesso em: 21 jan. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VILK, Simone; CORREIA, Raíque Lucas de Jesus; GAMA, Marta; MENEZES, José Euclimar Xavier de. DIREITO, ARTE E CINEMA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA E SENSÍVEL PARA A FORMAÇÃO JURÍDICA. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RFD**, [S. l.], n. 43, p. 1–29, 2024. DOI: 10.12957/rfd.2024.73914. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/73914>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Recebido em 7 e novembro de 2025

Aceito em 6 de janeiro de 2026